

**Intervenção de Sua Excelência o Secretário
Regional da Saúde na apresentação do
Programa de Governo 2015-2019**

20,21 e 22 de Maio de 2015

(só faz fé a versão proferida)

**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Madeira,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo
Regional da Madeira**

**Excelentíssimas Senhoras e Senhores
Deputados,**

**Uma saudação especial a todas as senhoras
e senhores deputados que hoje e pela primeira
vez me recebem aqui em vossa casa.**

**Como todos os programas que definem
uma estratégia para quatro anos também este
programa aponta objetivos e identifica áreas
sensíveis que, na nossa opinião, necessitam de
ser melhoradas e avança propostas concretas
com soluções possíveis.**

Antes de abordar as linhas principais do nosso programa de Governo para a Saúde, gostaria de sublinhar que a saúde tem para este governo uma dimensão decisiva na justiça social e na ética democrática.

E por isso, afirmamos neste programa e passo a citar: “O direito à saúde é um pilar fundamental da sociedade democrática e tem que ser garantido o acesso universal aos cuidados de saúde.” E mais à frente “... deve permanecer intocável o compromisso de preservar a matriz de solidariedade social que caracteriza o SRS.” Ou ainda, “este compromisso de contenção e rigor financeiro que assumimos, estará sempre balizado por uma postura intransigente na defesa das melhores práticas clínicas e do direito de acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde garantidos pelo nosso SRS”.

Salvaguardado este último compromisso que pretende colocar o direito à saúde acima das circunstâncias desfavoráveis que hoje vivemos, este programa define dois objetivos

principais aparentemente simples, mas na realidade muito ambiciosos: possibilitar um acesso mais fácil e atempado aos cuidados de saúde e melhorar a qualidade desses cuidados.

Há cerca de vinte anos estes dois compromissos seriam vagos e imprecisos.

Mas hoje não!

Hoje podemos medir, avaliar objetivamente e comparar o desempenho do nosso SRS. Todos poderão acompanhar através de indicadores acessíveis e públicos a gestão positiva ou negativa deste governo. Isto é, se estamos ao longo deste quatro anos a conseguir recuperar o nosso SRS e a aproximá-lo dos melhores indicadores de referência nacional ou mesmo europeus.

Para isso, temos que conseguir por exemplo, que os nossos centros de saúde aumentem e consolidem a sua intervenção indispensável na prevenção da doença e na promoção da saúde, que se organizem em conjunto com as autarquias e as instituições de solidariedade no apoio domiciliário, que

asseguem o acompanhamento dos doentes crónicos e cuidem do núcleo familiar, enquanto estrutura social agregadora.

Para podermos exigir esta mais-valia aos nossos centros de saúde, sabemos que temos de fazer um esforço para os dotar de recursos humanos ajustados às reais necessidades. E também sabemos que esses profissionais precisam de ser particularmente estimados e motivados. Sabemos que temos que melhorar as condições de trabalho – e aqui temos de falar de obras:

- Calheta – lançamento da empreitada ainda em 2015**
- Câmara de Lobos – a instalação do novo centro está atualmente condicionada por um processo de insolvência do promotor da obra em curso. Depois serão 7 meses para a entrega da obra.**
- Funchal - Centro de Saúde do Bom Jesus – faseado e pronto em Outubro de 2016.**

- **Obras de manutenção dos seguintes centros de saúde: Arco da Calheta, Jardim do Mar, Santana, S. Vicente, Seixal, Ribeira da Janela, Achadas da Cruz, Camacha e Porto Santo.**

Acreditamos que um novo modelo de gestão para os centros de saúde da Região poderá contribuir para melhorar a sua eficácia e eficiência.

Propomos o modelo de organização das USF - Unidade de Saúde Familiar - que no continente, desde de 2006, apresentam uma mais-valia consistente. Provavelmente teremos que ajustar a respetiva legislação nacional, e nesta questão, o contributo de partidos atentos a esta matéria são bem-vindos. Em breve, esperamos instalar este modelo em três centros de saúde piloto que iremos acompanhar e que nos permitirão avaliar os resultados e o benefício/custo.

É indispensável sensibilizar e envolver os profissionais neste projeto, o que aliás, já

estamos a fazer, pois a opção por este modelo tem caráter voluntário.

Queremos também melhorar o acesso aos cuidados de saúde, que está comprometido quando o tempo de espera nomeadamente para intervenções cirúrgicas ultrapassa o tempo clinicamente aceitável.

O cenário atual que hoje existe no nosso hospital vai exigir um grande esforço na procura de uma solução possível que permita aliviar uma pesada lista de espera e ultrapassar o espartilho de uma preocupante falta de recursos humanos, nomeadamente anestesistas.

É urgente, e já estamos a trabalhar na instalação do programa específico - SIGIC - Sistema Integrado Gestão Inscritos Cirurgia – que, de acordo, com a experiência, implementada desde 2005 em vários países da Europa e no continente permitiu fazer uma gestão mais transparente e eficaz das listas de inscritos para cirurgia, reduzindo o tempo de espera para valores clinicamente

consensualizados e que constam de uma tabela – TMRG – Tempos Máximos de Resposta Garantida. Temos que evoluir, no sentido de estarmos em condições de podermos cumprir os quatro níveis desta tabela, o que atualmente é manifestamente impossível.

Incontornável e que consta obviamente neste nosso programa é o compromisso em relação ao novo hospital e não um hospital quase novo.

O relatório técnico que já está a ser elaborado reforçará seguramente o consenso político regional para que todos os partidos desta assembleia intervenham junto do Governo da República para assumir o novo hospital como um projeto de interesse comum. A sua construção seria a obra que marcaria este novo ciclo de investimento na Pessoa e na Coesão Social.

Uma breve nota para sublinhar o cuidado extremo com que consideramos, neste programa, a relação entre o serviço público e setor privado e que com as IPSS'S que

constituem o nosso Sistema Regional de Saúde e passo a citar: “ Esta relação tem que ser exemplarmente regulada e transparente para que se evitem legítimas suspeitas de favorecimentos, e sobretudo, que os interesses privados não possam parasitar e prosperar à custa do serviço público.” Nesse sentido, definimos neste programa as linhas gerais que devem condicionar qualquer contratualização.

Defendemos neste documento uma nova relação entre a Região e o continente na área da saúde. Uma relação descomplexada e mais facilitadora do acesso dos nossos doentes a cuidados médicos, que só uma casuística elevada e uma tecnologia muito sofisticada permitem. Uma relação mais pragmática na exigência de uma partilha de custos que o nosso orçamento dificilmente suportará.

E passo a citar: “Sobre esta matéria a mensagem inscrita neste programa deve ser clara. Se os indicadores que comparam os nossos cuidados de saúde regionais com os do

continente forem negativos, ou temos capacidade e melhoramos esses indicadores ou o desenho da regionalização para a área da saúde terá que ser revisto, pois não serve aos nossos doentes.

Num espaço de continuidade territorial apenas separado pelo mar, não pode haver doentes de segunda, que pelo facto de viverem numa ilha não tenham acesso aos melhores cuidados de saúde que existem neste país ou não tenham direito aos Tempos Máximos de Resposta Garantida no acesso a consultas, exames ou cirurgias.”

Para mim, a autonomia na saúde só faz sentido, se eu poder tratar os meus doentes aqui na Madeira tão bem ou melhor do que no continente!

Referi, nesta apresentação do programa do governo para a saúde alguns pontos que penso serem importantes e refletem as nossas ideias, as nossas convicções e, sobretudo, o trajeto de uma experiência pessoal, em que assumi diversas responsabilidades na área da saúde e tive o privilégio de poder trabalhar com gente

de grande qualidade profissional. Com eles aprendi que gerir a saúde é um desafio muito complexo e sensível. Por isso mesmo, este programa, embora não possa ser alterado, nunca será para este governo um documento fechado. Estamos abertos a todas as colaborações que se revejam nas opções estratégicas deste programa.

Há poucos dias chegámos à nossa secretaria, mas já é bem claro que não queremos ser os únicos protagonistas neste processo. A saúde é demasiado complexa para ser apropriada por uma só cabeça e demasiado importante e sensível para ser consumida em discussões estéreis ou ser utilizada como arma de arremesso, até porque, acredito sinceramente que embora partindo de ideias e conceitos diferentes, o objetivo último seja consensual: que os nossos doentes possam confiar no seu centro de saúde e no seu hospital, que a sustentabilidade financeira do sistema seja garantida e que todos os profissionais se sintam reconhecidos na sua dedicação e competência.

Faz assim sentido valorizarmos aquilo que no essencial nos aproxima, do que valorizarmos, por vezes excessivamente, aquilo que pontualmente nos possa separar. Muito obrigado!

**O Secretário Regional da Saúde
Dr. Manuel Brito**